

Contabilidade Financeira II

Licenciaturas: GES e FC

Ano letivo: 2014/2015

Capítulo 1

HARMONIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

Pedro António Ferreira
(*resumo autorizado*)

1

© Pedro António Ferreira (2014). ISCTE-IUL. Proibida a reprodução sem autorização expressa do autor.

1.1. Normativos Internacionais

Normas do IASB e as opções da União Europeia

IASB – International Accounting Standards Board

UE – Estratégia? Normas da IASB aplicáveis a todos os países da EU

PORTUGAL (PT)

Empresas cotadas: Normas do IASB

Empresas não cotadas: Normas do IASB adaptadas

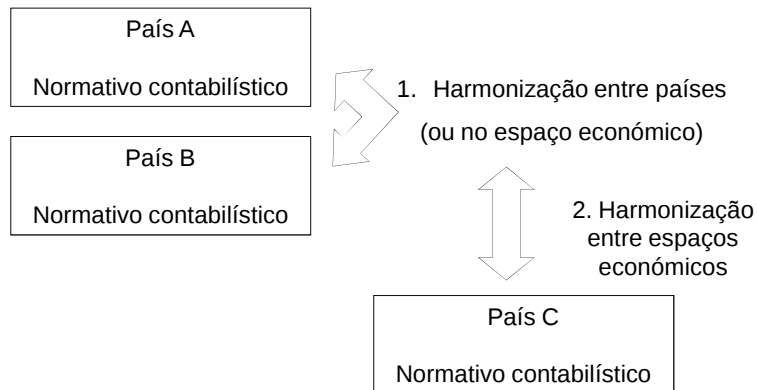
- Sistema de normalização contabilística – (modelo)

2

© Pedro António Ferreira (2014). ISCTE-IUL. Proibida a reprodução sem autorização expressa do autor.

1.1. Normativos Internacionais

Normalização e harmonização contabilísticas



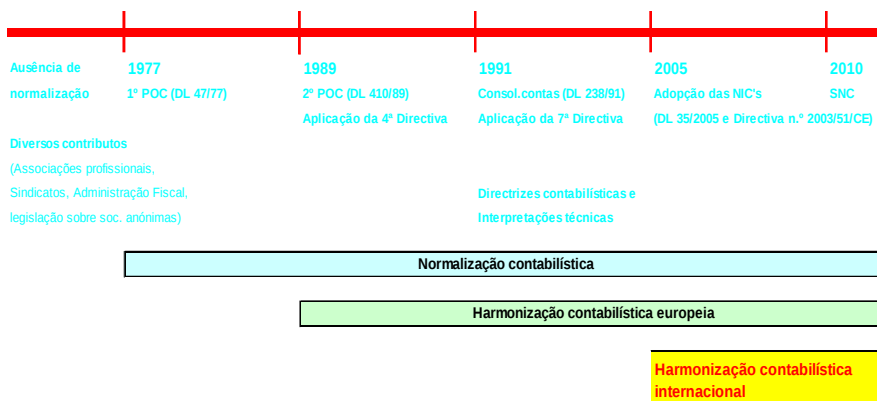
© Pedro António Ferreira (2014). ISCTE-IUL. Proibida a reprodução sem autorização expressa do autor.

3

1.2. Normativo Nacional (SNC)

1.2.1. Panorâmica geral para compreensão do SNC

Evolução da normalização contabilística em Portugal



© Pedro António Ferreira (2014). ISCTE-IUL. Proibida a reprodução sem autorização expressa do autor.

4

Conceito: O que é o SNC¹?

- ✓ O SNC é um **conjunto** de normas de contabilidade e de relato financeiro **interligadas** e **interdependentes**, que **prefigura** um modelo assente mais em **princípios** orientadores do que em regras explícitas de escrituração.
- ✓ Está em **sintonia** com as normas do *International Accounting Standards Board* (IASB) adotadas na União Europeia e é **coerente** com as Diretivas Comunitárias sobre matérias contabilísticas.
- ✓ É um modelo **flexível** que se adapta às diferentes necessidades de relato financeiro de cada empresa.
- ✓ Foi **aprovado** pelo DL 158/2009 de 13 de julho.

¹ Fonte: resposta extraída de Borges, A. et al. (2011), *SNC – Casos Práticos*, Lisboa: Áreas Editora, p.22.

Objetivos do SNC: Qual são os objetivos do SNC?

Macro objetivo:

- ✓ **Concretizar** a estratégia contabilística da UE, definida em Regulamentos Comunitários.

Objetivo principal / geral:

- ✓ Contribuir para melhorar a **qualidade** da informação financeira das entidades a ele sujeitas, tornando-a mais **útil** para todos os utentes (Cravo, Conferência CNC, 15.12.2009)

Objetivos secundários / específicos (≡ às NIC/NIRF):

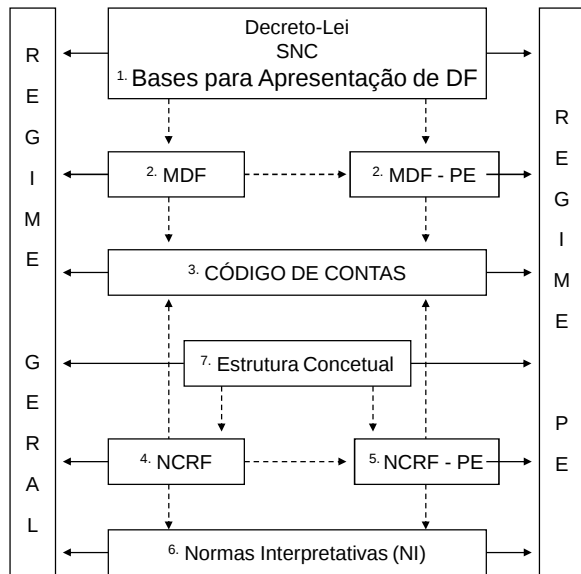
- ✓ Aumentar a **transparência** e **comparabilidade** da informação financeira a nível **internacional**.
- ✓ Melhorar o **funcionamento do mercado de capitais**, garantindo que a informação seja preparada numa **base comum**.
- ✓ Reforçar a **liberdade de circulação de capitais** no mercado.
- ✓ **Proteger os investidores**, de forma a aumentar a **confiança** nos mercados financeiros.
- ✓ ...

1.2.3. Componentes do SNC

SNC Sete Componentes

- ❖ 6 instrumentos
- +
- ❖ 1 elemento enquadrador

(DL nº 158/2009 e Anexo)



Fonte: www.cnc.min-financas.pt, acedido em 2009.07.18

7

1.2.4. Filosofia subjacente ao SNC

Filosofia subjacente ao SNC¹

- O SNC compreende dois regimes: um geral e outro para as entidades de menor dimensão, no qual se mantêm os conceitos e requisitos técnicos de referência.
- O SNC deriva das normas do IASB, sendo coerente com as diretivas comunitárias sobre matérias contabilísticas.
- Tem subjacente o paradigma da utilidade, i.e., privilegia a perspetiva utilitarista da informação financeira em detrimento da perspetiva legalista.
- Enfatiza a importância da mensuração das rubricas do Balanço, como consequência da permissão de utilização, com alguma intensidade, de critérios como o justo valor, custo amortizado, valor de uso, modelo de revalorização, recurso a estimativas, etc.
- É um modelo assente mais em princípios orientadores do que em regras explícitas de escrituração.

¹ Fonte: resposta extraída de Borges, A. et al. (2011), SNC – Casos Práticos, Lisboa: Áreas Editora, p.52-53.

8

Filosofia subjacente ao SNC¹

- É um modelo que ênfatiza o relato financeiro em detrimento do rigor e preciosismo na escrituração contabilística.
- Privilegia a agregação das rubricas na face do Balanço e da DRN, com consequente remissão, em referências cruzadas, do detalhe e explicitação para o Anexo.
- Privilegia valores e variações líquidas, nomeadamente na divulgação da informação.
- Não compreende o conceito de resultados financeiros, mas sim o conceito de gastos de financiamento líquidos.
- Não acolhe os conceitos de rendimentos, gastos e resultados extraordinários.

¹ Fonte: resposta extraída de Borges, A. et al. (2011), SNC – Casos Práticos, Lisboa: Áreas Editora, p.52-53.

Normativo Nacional vs. Normas do IASB: Síntese

- **Normas do SNC:** estão relacionadas com as normas do IASB.
- **Essa relação** traduz-se numa *correspondência não direta* entre as NCRF e as normas de relato financeiro do IASB.
 - **Estudo autónomo:**
 - o **CASO 2.01 – Sênêcê d'Ouro:** Resposta à Questão 5.
 - o Tabela inserta no livro, Borges, A. et al. (2011), SNC – Casos Práticos, Lisboa: Áreas Editora, pág.54.
- **SNC:** estipula *modelos de demonstrações financeiras* (MDF) ao contrário do IASB.
- **SNC:** define *lista de contas*, com códigos, ao contrário do IASB.

¹ Fonte: resposta extraída de Borges, A. et al. (2011), SNC – Casos Práticos, Lisboa: Áreas Editora, p.52-53.

Bases para apresentação das demonstrações financeiras (BADF)

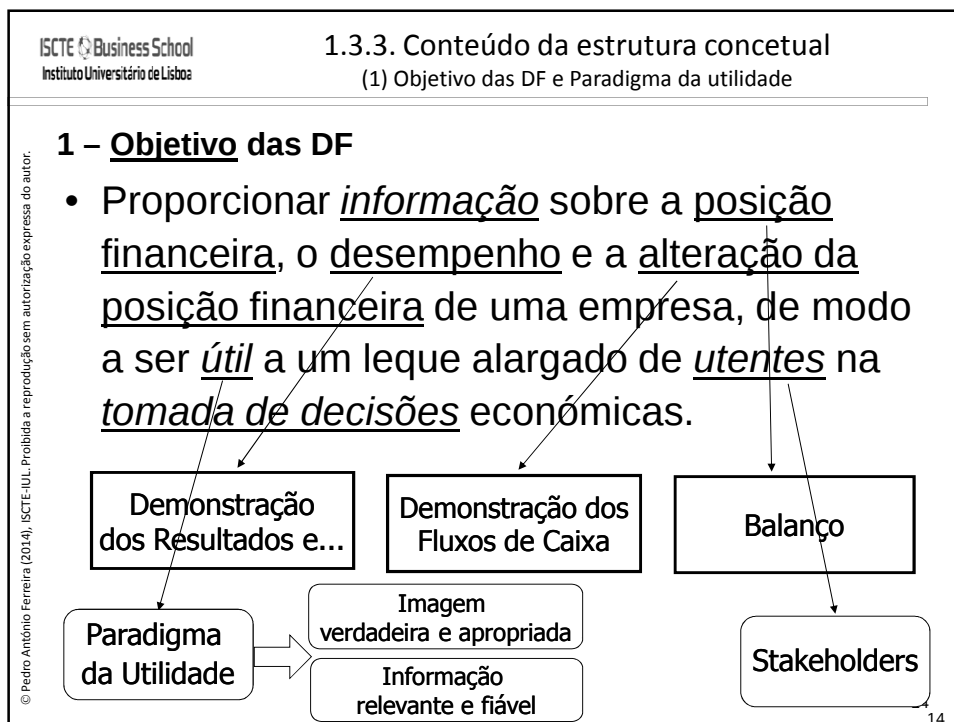
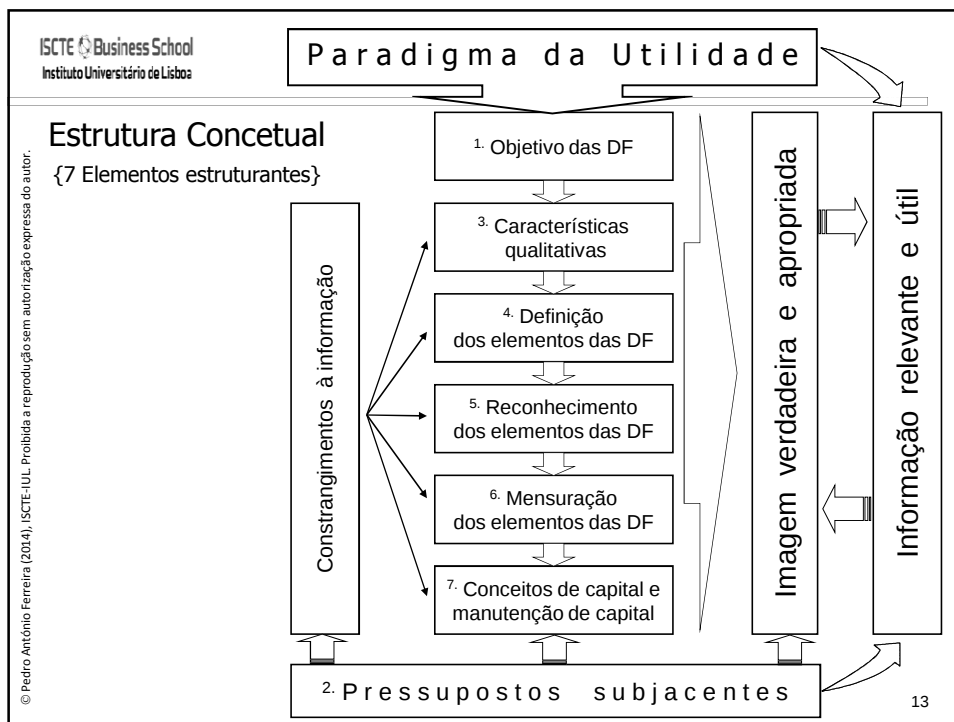
- Existem seis (6) BADF:
 - Continuidade
 - Regime do acréscimo
 - Consistência de apresentação
 - Materialidade e agregação
 - Compensação (i.e., proibição de compensação)
 - Informação comparativa
- **Estudo autónomo:**
 - DL 158/2009 e Anexo (aprova o SNC e compreende as BADF)
 - Livro Borges, A. *et al.* (2011), *SNC – Casos Práticos*, Lisboa: Áreas Editora.

11

Ligação entre os MDF e o código de contas

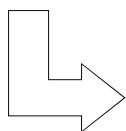
- **Exemplos:**
 - Rubricas das DF vs. Contas
 - Agregação (*regra*) vs. Desagregação (*exceção*)
 - Não compensação de saldos (*regra*) vs. Compensação (*exceção*)
- **Estudo autónomo:**
 - **CASO 3.05 – Turquesa**
 - Livro: Borges, A. *et al.* (2011), *SNC – Casos Práticos*, Lisboa: Áreas Editora.
 - Este CASO compreende:
 - Uma tabela de correspondência entre as rubricas do Balanço e o Código de contas.
 - Uma tabela de correspondência entre as rubricas da DRN e o Código de contas.

12



• ***Informação sobre a posição financeira:***

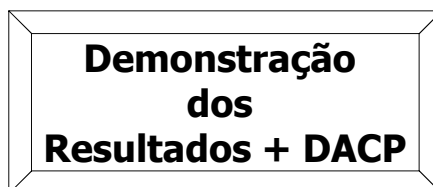
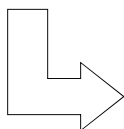
- Recursos económicos controlados
- Recursos financeiros obtidos
- Estrutura financeira
- Liquidez e solvência
- Capacidade de adaptação a alterações na envolvente



15

• ***Informação sobre o desempenho:***

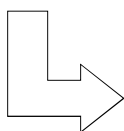
- Rendibilidade
- Capacidade de gerar fluxos de caixa no futuro
- Eficácia na utilização de recursos adicionais



16

- ***Informação sobre o alteração da posição financeira:***

- Atividades operacionais, de investimento e de financiamento
- Capacidade de gerar caixa e equivalentes a caixa
- Necessidades de utilização dos fluxos de caixa



17

2 – Pressupostos Subjacentes à Elaboração das DF

- ***Regime do acréscimo:***

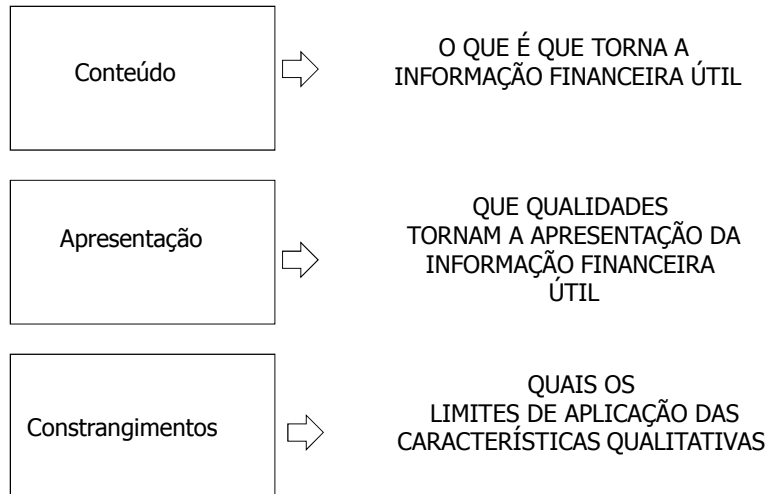
Os efeitos das transações e outros eventos são reconhecidos quando ocorrem (e não no momento do fluxo de caixa), sendo registados no período a que respeitam.

- ***Continuidade:***

A empresa continuará as suas operações num futuro previsível, não tendo a intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir materialmente as suas operações.

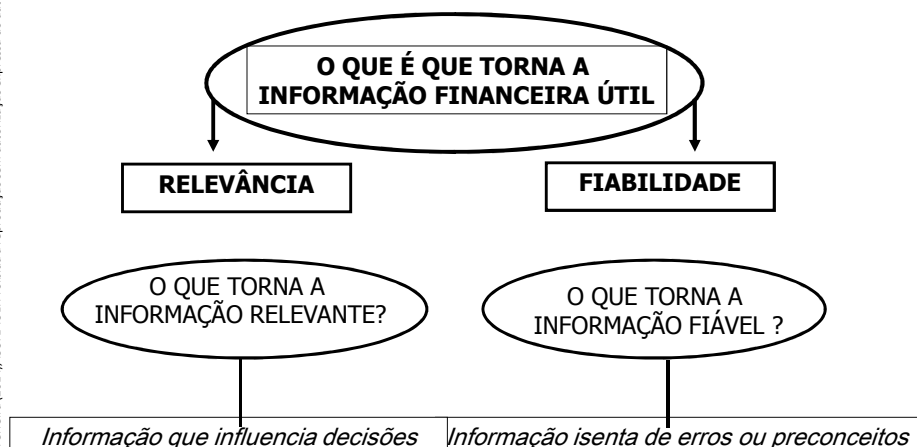
18

3 – CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DAS DF



19

3 – CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DAS DF



20

3 – CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DAS DF



© Pedro António Ferreira (2014). ISCTE-IUL. Proibida a reprodução sem autorização expressa do autor.

21

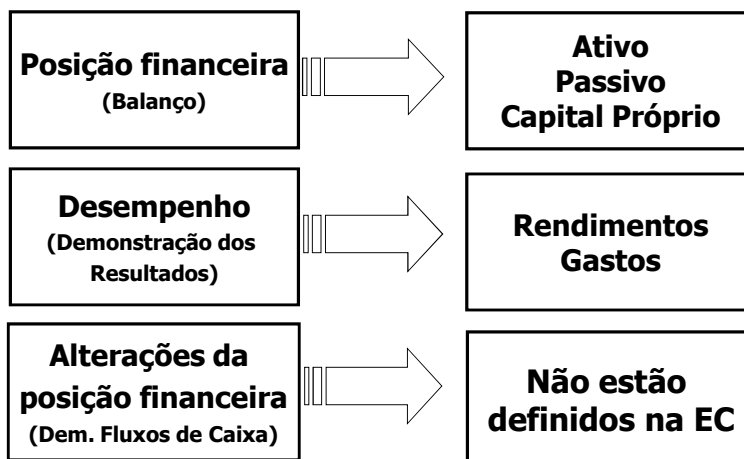
3 – CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DAS DF



© Pedro António Ferreira (2014). ISCTE-IUL. Proibida a reprodução sem autorização expressa do autor.

22

4 – Definição dos Elementos das DF



23

BALANÇO (B)

Ativos → componentes positivas do património
Passivos → componentes negativas do património
Capital próprio → a diferença entre Ativo e Passivo

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (DR)

Gastos/Custos (utilização de recursos) → **RESULTADO** ← Rendimentos/Proveitos (contrapartidas obtidas na utilização de recursos)

OUTROS

Demonstração dos fluxos de caixa (recebimentos e pagamentos)
Anexo

24

BALANÇO

Ativo: Traduz-se nos elementos patrimoniais ativos, que correspondem a bens ou direitos possuídos ou controlados pela empresa e dívidas a receber resultantes de operações efetuadas no passado e que se poderão traduzir, no futuro, em benefícios económicos.

Passivo: Traduz-se nos elementos patrimoniais passivos, que correspondem a dívidas ou encargos a pagar, resultantes de operações passadas, que provavelmente corresponderão a sacrifícios económicos futuros.

25

BALANÇO

Capital próprio: É a diferença entre o ativo e o passivo, ou seja, é o que sobra do ativo, depois de deduzido o passivo e que, naturalmente, corresponde ao valor que pertence aos sócios.

Nesse caso, o Capital próprio representa obrigações não exigíveis, mas que são de pertença dos sócios, ou seja, o montante a que estes teriam direito se realizassem o ativo e pagassem o passivo pelos montantes expressos no balanço.

Traduz-se nos direitos dos sócios sobre o ativo, que correspondem às entradas iniciais dos sócios, aos resultados gerados pela empresa e não distribuídos, a subsídios obtidos e a outras valorizações patrimoniais.

26

Capital próprio:

Perspetiva/significado económico:

- Corresponde ao financiamento proporcionado pelos detentores da entidade + Resultados acumulados gerados e retidos pela entidade + Resultado líquido do período

Perspetiva de cálculo:

- É o valor residual dos ativos da entidade após dedução de todos os seus passivos.

Perspetiva de composição:

- É igual: Capital – Ações próprias + Reservas + Resultados transitados +/- Resultado líquido do período +

27

Capital próprio:

Definição única e objetiva:

- *Não existe* uma «definição objetiva» de capital próprio: é uma diferença entre os ativos e os passivos.

Dá-nos:

- O financiamento «próprio» (*dos acionistas + gerado p/ empresa*).
- O valor do património (*perspetiva patrimonialista*).
- O valor contabilístico da entidade.

Geralmente é **diferente** do valor de mercado da empresa

28

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO (DACP) (1)

Trata-se de um quadro informativo em forma matricial que combina informação em coluna (itens do capital próprio) com informação em linha relativa às várias situações que relevam para efeito das alterações no capital próprio.

(1) Exigido a um número reduzido de entidades.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

São os quadros demonstrativos dos resultados apurados pela empresa, evidenciando os gastos e os rendimentos segundo a natureza dos elementos envolvidos. Mas que tipo de resultados?

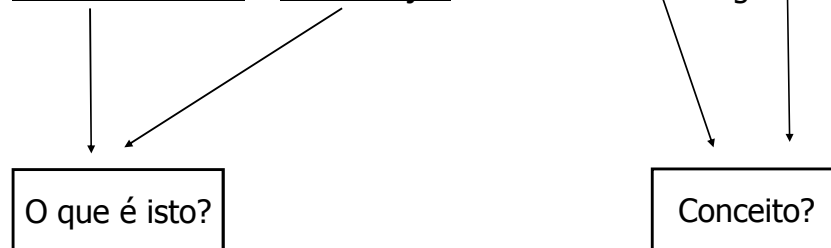
- a) Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)
- b) Gastos de financiamento
- c) Resultado líquido do período

Desempenho:

Uma medida do desempenho é o lucro (prejuízo).

Elementos de mensuração do lucro: rendimentos e gastos.

Reconhecimento e mensuração dos rendimentos e gastos



31

Rendimentos:

São aumentos nos benefícios económicos durante o período contabilístico na forma de obtenção ou melhorias de ativos ou diminuições de passivos que resultem em aumentos do capital próprio, que não sejam os relacionados com as contribuições dos sócios ou acionistas.

Gastos:

São diminuições nos benefícios económicos durante o período contabilístico na forma de utilização ou redução de ativos ou aumentos de passivos que resultem em diminuições do capital próprio, que não sejam as relacionadas com as distribuições aos sócios ou acionistas.

32

Rendimentos:

São aumentos nos benefícios económicos durante o período contabilístico na forma de obtenção ou melhorias de ativos ou diminuições de passivos que resultem em aumentos do capital próprio, que não sejam os relacionados com as contribuições dos sócios ou acionistas.

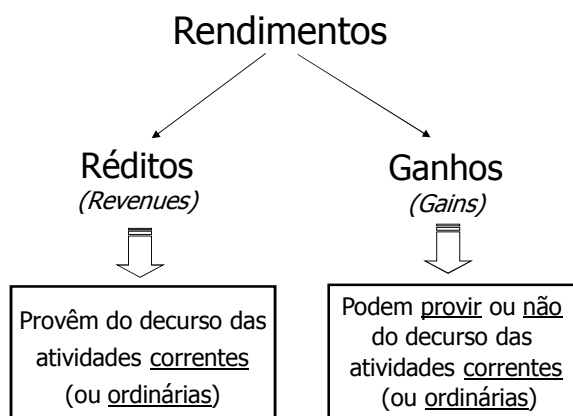
Gastos:

São diminuições nos benefícios económicos durante o período contabilístico na forma de utilização ou redução de ativos ou aumentos de passivos que resultem em diminuições do capital próprio, que não sejam as relacionadas com as distribuições aos sócios ou acionistas.

33

Rendimentos:

O conceito de rendimentos compreende: réditos e ganhos



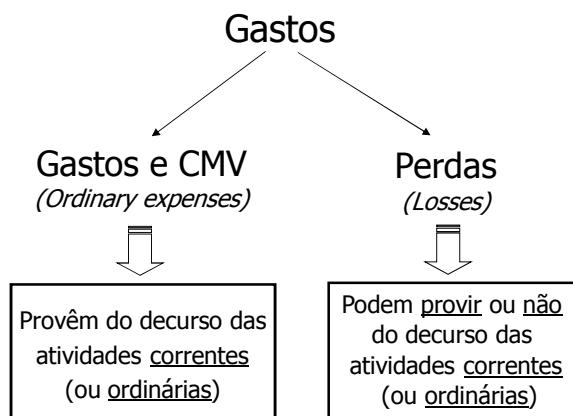
34

Exemplos de Rendimentos:

- Venda de produtos acabados
- Prestação de serviços
- Mais-valia na venda de AFT ou AI
- Juros de aplicações financeiras
- ...

Gastos:

O conceito de gastos compreende: gastos e perdas



Exemplos de Gastos:

- CMV
- Custo dos produtos vendidos
- FSE
- Depreciações e Amortizações
- Perdas por imparidade
- Menos-valia da venda de AFT ou AI
- ...

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Quantifica pagamentos e recebimentos, apurando os fluxos de acordo com as seguintes atividades:

Atividades operacionais - são as que constituem o objecto das atividades da empresa, isto é, os recebimentos que decorrem das vendas e prestações de serviços, e os pagamentos que decorrem das compras de bens e serviços;

Atividades de investimento - compreendem os investimentos e desinvestimentos, isto é os pagamentos respeitantes às aquisições de ativos fixos e os recebimentos provenientes de alienações desses ativos ou de eventuais rendimentos que possam gerar;

Atividades de financiamento - compreende os recebimentos provenientes dos empréstimos obtidos e da constituição ou reforço de capital e os pagamentos respeitantes à amortização dos empréstimos obtidos, juros e dividendos.

Método direto

Que relação existe entre o balanço, a DR e a demonstração dos fluxos de caixa?

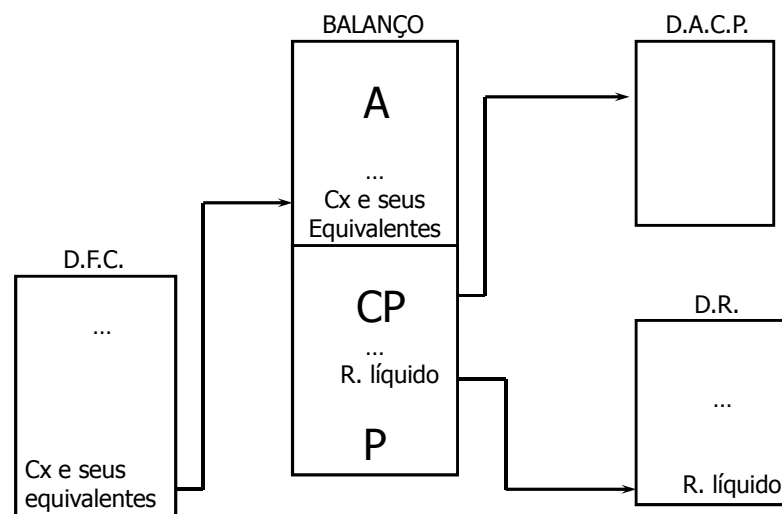
A informação prestada pelo **balanço** é de natureza estática, tem significado na data a que se reporta, dando a conhecer os recursos financeiros da empresa e a sua estrutura de financiamento.

A **demonstração dos resultados**, que cobre primordialmente a área económica da empresa, permite conhecer o seu desempenho durante um dado período (se no período o resultado foi positivo ou negativo) e o que contribuiu para tal.

A **demonstração dos fluxos de caixa** vem preencher uma lacuna informativa, mostrando qual a variação dos meios monetários (disponibilidades) no período e o que a originou. É frequente encontrarem-se empresas que apresentam lucros, passando por dificuldades financeiras e *vice-versa*.

39

Que relações existem entre: Balanço/DResultados/DFluxos Caixa?



40

Anexo

Abrange um conjunto de informações que se destinam, umas, a desenvolver e comentar quantias incluídas no balanço e na demonstração dos resultados e outras, a divulgar factos ou situações que, não tendo expressão naquelas demonstrações financeiras, são úteis para o leitor das contas, pois influenciam ou podem vir a influenciar a posição financeira, económica e monetária da empresa.

5 – Reconhecimento dos Elementos das DF

Conceito de reconhecimento:

Ver definição em Estrutura concetual, § 80 a 83.

Critérios de reconhecimento (gerais):

Dois critérios, cumulativos, para reconhecer os elementos (ativos, passivos, rendimentos e gastos):

- 1º. – Se for provável que os benefícios económicos futuros associados a um elemento fluam para ou da entidade.
- 2º. – O elemento tem um custo ou um valor que pode ser determinado com fiabilidade.

6 – Mensuração dos Elementos das DF

Conceito de mensuração:

É o processo de determinar as quantias monetárias pelas quais os elementos das DF devem ser reconhecidos e inscritos no Balanço e na DR (estrutura concetual, § 97)

Bases de mensuração:

As bases de mensuração dos ativos e passivos são:

- (a) Custo histórico
- (b) Custo corrente
- (c) Valor realizável (de liquidação) (v.g., valor realizável líquido;....)
- (d) Valor presente (i.e., valor presente descontado)
- (e) Justo valor (v.g., valor de mercado)